



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005157-17.2012.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Marcia Camargo Oliveira**
 Requerido: **Marcelo Luiz de Freitas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares** assumindo esta Vara Distrital até instalação de sua nova vara, conforme designação da E. Presidência do TJSP.

Vistos.

Trata-se de pedido de indenização por danos materiais em que a autora alega ter estacionado sua motocicleta na Rua Tabatinga, defronte ao nº 242, Bairro Jardim Cruzado quando o réu, ao sair com o seu veículo, não adotou a devida cautela e colidiu com a motocicleta parada, derrubando-a, o que lhe causou danos estimados em R\$ 1.302,50.

A petição inicial de fls. 02/07 veio instruída com os documentos de fls. 08/18.

Citado (fls. 22) o réu não contestou (fls. 23).

DECIDO.

Inicialmente este Juiz-Corregedor-Permanente deixa registrada a demora para a verificação e certificação dos prazos processuais, pois a juntada do mandado de citação ocorreu em 14 de junho de 2013 e o decurso do prazo sem contestação somente foi certificado no dia 07 de abril de 2014 sem que os autos viessem à conclusão anteriormente. Há demora de nove meses que não pode ser considerada razoável. A serventia foi orientada para que os prazos sejam certificados

0005157-17.2012.8.26.0233 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

com maior regularidade e deve continuar com tal tarefa até otimização desta etapa reduzindo o prazo para 100 dias, num primeiro momento.

Para minimizar tal demora resta que este magistrado julgue o processo no primeiro dia em que os autos vieram conclusos, ficando determinada a imediata publicação da sentença.

Descendo ao mérito, deixo de designar audiência de conciliação, pois a indisposição do réu para defender-se tornar-se desnecessária a solenidade.

A pretensão de reparação dos danos materiais tem arrimo nos documentos de fls. 09/11 – boletim de ocorrência e orçamentos de fls. 15/18.

Ao silenciar quanto à pretensão o réu confessa o débito, atraindo para si os efeitos da assunção de fato desfavorável, conforme artigo 320 do Código de Processo Civil.

Portanto, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela autora, ou seja, o réu lhe causou danos e está em débito com os valores mencionados na petição inicial.

Versando a questão sobre direito disponível, nenhuma outra incursão se faz necessária para reconhecer a procedência da pretensão deduzida.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão indenizatória e **CONDENO** o réu ao pagamento de R\$ 1.302,50 (um mil,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

trezentos e dois reais e cinquenta centavos).

O **termo inicial** é a data do evento, conforme **enunciado número 43** da súmula de jurisprudência dominante do E. Superior Tribunal de Justiça.

Sobre o montante incidirão **juros moratórios** na proporção de 1% (um por cento) ao mês (art. 406 CC/2002), **desde a data do ilícito**, conforme **enunciado número 54** da súmula de jurisprudência dominante no E. Superior Tribunal de Justiça.

CONDENO o réu ao pagamento de custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação, considerando a diminuta complexidade da causa decorrente da confissão, incidindo os mesmo critérios de atualização.

O réu fica intimado acerca do disposto no artigo 475-J do Código de Processo Civil, no sentido de que, **após a publicação** da decisão (ou início da fase de execução provisória), nos 15 dias seguintes deve efetuar o pagamento da condenação, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do débito.

P.R.I.C

Ibaté, 11 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**